

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS
PARLAMENTARES, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO E PARECER

PROPOSTAS DE DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 45/XII – “PLANO REGIONAL ANUAL PARA O ANO DE 2023” E N.º 46/XII – “ORÇAMENTO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA O ANO DE 2023”

7 DE NOVEMBRO DE 2022



INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável reuniu no dia 3 de novembro de 2022, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, e ainda com recurso a meios telemáticos.

Da agenda constava, na sequência do solicitado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, a audição dos membros do Governo Regional responsáveis pelas matérias da competência desta Comissão, relativas às **propostas de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2023” e n.º 46/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2023”**.

As supramencionadas Propostas foram remetidas à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no dia 31 de outubro de 2022, com data limite para emissão de parecer sectorial e envio deste à Comissão de Economia até ao dia 7 de novembro de 2022.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As iniciativas legislativas do Governo Regional fundam-se no disposto nas alíneas h) e i) do artigo 88.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.

A competência da Região exerce-se em conformidade com o estatuído na alínea p) do n.º 1 do artigo 227.º da Constituição da República Portuguesa e nas alíneas b) e c) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (Lei n.º 39/80, de 5 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro).

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico relativo ao sistema regional de planeamento, enquanto conjunto de instrumentos de programação de investimento público e respetiva preparação, elaboração, aprovação, execução, avaliação e fiscalização, no âmbito institucional



na Região, foi estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2002/A, de 28 de maio, na sua redação atual.

Por último, nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2021/A, de 6 de janeiro, alterada pela Resolução n.º 49/2021/A, de 11 de agosto, e pela Resolução n.º 52/2021/A, de 25 de outubro, as matérias abaixo elencadas são da competência da Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

PROCESSO DE ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável a apreciação e emissão de parecer sobre as Propostas do Plano Regional Anual e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ambas para o ano de 2023, nas seguintes matérias:

- Comunicação Social;
- Ambiente;
- Alterações climáticas;
- Ordenamento do território;
- Recursos hídricos;
- Ordenamento do espaço marítimo;
- Orla costeira;
- Política de ocupação de solos;
- Reservas naturais e ecológicas;
- Energia
- Bem-estar animal e recursos cinegéticos.

O parecer sobre as Propostas de Decreto Legislativo Regional supra referenciadas fundamenta-se na análise dos correspondentes projetos/ ações que foram acompanhadas da devida audição aos membros do Governo Regional competentes em razão da matéria e que abaixo se relatam.



APRECIÇÃO DAS PROPOSTAS

A programação anual contida nos documentos em análise estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o ano de 2023.

O quadro que se segue sintetiza o investimento público inscrito na Proposta de Plano Regional Anual para o ano de 2023, referente aos objetivos e programas da área de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Quadro

Plano Anual para 2023

(Investimento no âmbito das áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Objetivos / Programas	Investimento Público (€)	Plano (€)	Outros Fundos (€)
1 – COESÃO, TRANSIÇÃO DIGITAL E REPRESENTAÇÃO	18.075.000	18.075.000	
1.1 – Apoio aos Media	840.000	840.000	
1.1.1 Programa de apoio à Comunicação Social	650.000	650.000	
1.1.2 Plataforma eletrónica de Comunicação com o Cidadão	40.000	40.000	
1.1.3 Financiamento de obrigações se serviço público de notícias e de televisão	150.000	150.000	



1.2 – Jornal Oficial	55.000	55.000	
1.2.1 Acesso a base de dados jurídicos	55.000	55.000	
6 – ECONOMIA RURAL	107.833.967	57.000.000	50.833.967
6.2 – Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas	41.635.676	13.064.231	28.571.445
6.2.2 Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica	12.125.498	1.818.825	10.306.673
6.2.4 Melhoramento Genético e Bem-estar animal	828.380	828.380	
6.2.5 Bem-estar de animais de companhia e errantes	140.000	140.000	
6.2.16 Life IP Climaz	471.675	471.675	
6.2.29 LIFE SNAILS	52.200	52.200	
6.2.30 Gestão de recursos cinegéticos e piscícolas	118.070	83.070	35.000
6.2.32 Melhoramento genético – Aquisição de equipamentos	200.000	200.000	



6.2.33 Programa de identificação e esterilização de animais de companhia: Centros de Recolha / Câmaras Municipais	50.000	50.000	
7 – ECONOMIA DO MAR	33.780.572	33.780.572	
7.6 – Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	5.626.369	5.626.369	
8 – AMBIENTE, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E TERRITÓRIO	18.802.107	18.802.107	
8.1 – Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental	5.739.180	5.739.180	
8.2 – Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas	3.894.741	3.894.741	
8.3 – Conservação da Natureza e Biodiversidade	2.541.860	2.541.860	
8.4 – Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica	1.462.483	1.462.483	
8.5 – Ordenamento e Gestão do Território	4.745.629	4.745.629	



8.7 – Gestão e requalificação da orla costeira	418.214	418.214	
9 – DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS	250.831.959	224.978.000	25.853.959
9.1 – Eficiência Energética e Energias Renováveis	26.514.750	26.514.750	
9.2 – Serviços Energéticos	1.823.971	1.823.971	
9.3 – Mobilidade Elétrica	1.050.000	1.050.000	
9.4 – Política Energética	1.067.252	1.067.252	

De referir que não foram incluídas no quadro aquelas que são as ações que estão na tutela das obras públicas (Programa 9), mas que dizem respeito a obras afetas às áreas de competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Projeto 9.32 – SRMP – Gestão e requalificação da orla costeira;
- b) Projeto 9.35 – SRAAC – Planeamento, inspeção, e promoção ambiental
- c) Projeto 9.36 – SRAAC – Conservação da natureza e biodiversidade
- d) Projeto 9.37 – SRAAC – Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica
- e) Projeto 9.38 – SRAAC – Centros de processamento de resíduos

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS:

O Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas iniciou a sua intervenção apresentando as principais linhas de ação no domínio do ambiente para este Plano Regional Anual de 2023 continuará, naturalmente, a refletir as opções vertidas no Programa do XIII Governo Regional dos Açores, assumindo o desenvolvimento sustentável da Região como pilar fundamental e transversal da ação governativa, e centrando-se em eixos estratégicos como o combate às alterações climáticas, a preservação do património natural, a promoção da qualidade ambiental, a gestão eficiente dos recursos hídricos e um adequado ordenamento do território.



Nesse sentido, o Plano de investimentos para 2023 prevê a conclusão de importantes projetos iniciados já no quadro da presente Legislatura, com destaque para os 6 projetos em curso financiados a 100% no âmbito do REACT-EU, que representam um investimento total de 13 milhões de euros, dos quais 10,2M€ em 2023, e que incidem nas áreas da mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas e da prevenção e gestão de resíduos.

É também um plano de investimentos que abre espaço ao lançamento de novos projetos de grande relevância para a RAA, destacando-se o Regime Jurídico-financeiro de apoio à Emergência Climática, com uma dotação de 400 mil euros, ou ainda os 3 protocolos celebrados com o Fundo Ambiental, no valor total de 900.000€, concretamente para a execução de projetos de biorremediação e restauro de solos contaminados, para o estudo sobre o Controlo da Proliferação de alga invasora (*Rugulopteryx okamurae*) nas Zonas Costeiras dos Açores e Determinação de Possíveis Aplicações da Mesma e para a recuperação da Estufa do Palácio de Sant'Ana.

Assim, o Plano de investimentos da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas para 2023 apresenta uma dotação significativa, de aproximadamente 32, 2 milhões de euros, dos quais 13,4 milhões de euros se referem a investimentos em obras públicas e correspondem a investimentos a executar pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

Referiu ser um plano fortemente influenciado pelo peso das obras públicas, sobretudo em resultado da nova configuração orgânica que ocorreu em abril, com a transição das competências da gestão da Orla Costeira para a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, acrescentando um conjunto de obras de proteção e ordenamento de Orla Costeira à referida dotação.



Referiu ser o terceiro maior plano de investimentos, no quadro da Autonomia, no domínio do Ambiente, representando um aumento de 4,7 milhões de euros, em relação a 2022, representando um aumento de 17%.

Relativamente à adaptação e mitigação às alterações climáticas, referiu continuar a dar execução ao projeto LIFE IP CLIMAZ, projeto fundamental para a operacionalização do Programa Regional para as Alterações Climáticas, com previsão de investimento de 3,5 milhões de euros dos quais 1,4 milhões de euros serão executados pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e 2,1 milhões afetos à Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, através da Direção Regional da Energia, à Secretaria Regional da Agricultura Desenvolvimento Rural e à Secretaria Regional Mar e Pescas.

No âmbito do financiamento do Programa REAC-TEU, serão concluídos importantes projetos no âmbito do combate às alterações climáticas, iniciados em 2022, nomeadamente quatro projetos, com investimento no plano que ascende a 6 milhões de euros: Roteiro para a neutralidade carbónica dos Açores, com investimento para 2023 no valor de 900 mil euros; Projeto para a melhoria do conhecimento da localização e estado de conservação de turfeiras e solos orgânicos, com verba de 1,5 milhões de euros; projeto de elaboração da cartografia de risco para mitigação e adaptação às alterações climáticas, com dotação de 2 milhões de euros e implementação dos sistemas de alerta de cheias em quatro bacias de risco já definidas – Ribeira Seca na ilha de São Jorge, Ribeira do Dilúvio na ilha do Pico, Ribeira da Agualva na ilha Terceira e a Ribeira da Povoação na ilha de São Miguel – que servirá para minimizar riscos naturais com investimento para 2023, de 1,5 milhões de euros.

No âmbito do Regime Jurídico de apoio à emergência climática encontra-se prevista uma verba de 400 mil euros, para apoio às populações, na sequência de intempéries e também projetos de mitigação e adaptação às alterações climáticas, canalizando as



verbas provenientes da taxa de utilização de sacos plásticos, diretamente para este efeito.

Referiu também estarem previstos 150.000 euros para o projeto do PLANCLIMAC, que irá permitir dar continuidade a um conjunto de ações que têm sido desenvolvidas e que são repartidas entre a Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, e que permitiram recentemente a instalação de estações limnográficas nos Açores, e que têm permitido o desenvolvimento de guias de adaptação às alterações climáticas, bem como a elaboração do manual de arquitetura bioclimática que será disponibilizado para consulta pública.

Relativamente ao quadro da Conservação da natureza e da preservação da Biodiversidade, os projetos LIFE são instrumentos operacionais fundamentais, com investimento previsto para os quatro projetos associados, no valor de 2,5 milhões de euros, para 2023, dos quais 1,4 milhões de euros serão executados pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, dando continuidade à implementação do LIFE IP AZORES NATURA, LIFE VIDALIA, LIFE BEETLES e LIFE SNAILS. Referiu ainda estarem previstos investimentos superiores a 1,1 milhões de euros, na Rede Regional de Ecotecas e Centros Ambientais, que inclui todas as despesas para o funcionamento dos 20 edifícios que integram a rede de centros ambientais da região, assim como 180 mil euros para intervenção nos trilhos integrados nos Parques Naturais de ilha.

Destacou ainda, os investimentos que têm sido feitos, no âmbito do incentivo para manutenção da paisagem tradicionais de vinhas e pomares, tendo previsto para 2023, uma dotação de 1,9 milhões de euros, mais cem mil euros que em 2022.

Realçou a realização do estudo sobre o controlo da proliferação da alga invasora com verba disponível de 200 mil euros, no âmbito do protocolo estabelecido com o Fundo Ambiental.



Ao nível da operacionalização de medidas da promoção da qualidade ambiental, destacou o protocolo celebrado com o Fundo Ambiental para o projeto de biorremediação e restauro de solos contaminados, sendo o principal objetivo a elaboração de uma estação experimental para testar o papel fito remediador dos fungos micorrízicos arbusculares, em solos contaminados com hidrocarbonetos e metais pesados, para avaliar a taxa de degradação destes componentes ao longo do tempo, e para realização de ensaios de biorremediação.

Referiu ainda que outra candidatura aprovada se refere, e no âmbito do REACT-EU, à intervenção nos seis centros de processamento de resíduos – Flores, Pico, Faial, Graciosa, São Jorge e Santa Maria – com investimento previsto de quase 2 milhões de euros, para apetrechamento e adaptação à receção de bio-resíduos provenientes da recolha seletiva, sendo que em 2023 é obrigatório que assim aconteça, sendo que em 2027 apenas serão contabilizados para efeitos para cálculo da taxa de preparação para reciclagem os bio resíduos que seja provenientes de recolha seletiva.

Ainda relativo à Economia Circular, o Senhor Secretário Regional destacou a conclusão do roteiro para economia circular, também no âmbito do REACT-EU e que visa adaptar à Região um novo plano de ação para economia circular, com dotação de 185.000 euros. Informou que será dada continuidade à implementação do sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas nos Açores, com investimento de 245.000 euros, para efeitos de pagamentos dos prémios monetários, assim como para concluir o desenvolvimento da aplicação móvel do sistema.

Relativamente ao programa Eco freguesias -Freguesia Limpa, realçou este ser um programa extremamente importante com o estabelecimento de protocolos com as juntas de freguesias para limpeza de espaços públicos, incluindo linhas de água e orla costeira, com uma dotação de 550 mil euros.



Destacou o início da concretização do Plano Regional para o Radão, e da monitorização ambiental para a radioatividade, sendo as primeiras amostragens efetuadas em 2022, com disponibilização de 200 placas de recolha, de detetores. Com base nestes resultados, irão efetuar nos próximos dois anos, nova amostragem com colocação de 1249 detetores com cobertura em todos os concelhos da Região, e numa segunda fase mais 1249 detetores que permitirá ter informação para a elaboração de um mapa de risco ao radão.

Referiu ter previsto, para manutenção preventiva de equipamentos, de estações de monitorização para a qualidade do ar, uma verba de 150.000 euros.

Relativamente ao programa de Ordenamento do território e gestão dos riscos naturais, as ações de implementação de Sistemas de Gestão territorial e avaliação, revisão e alteração de instrumentos de gestão territorial, possui uma verba prevista de 175 mil euros e destinam-se à adaptação à Região, do regime jurídico da reserva ecológica nacional, assim como para a conclusão das alterações aos planos de ordenamento da orla costeira das ilhas de São Miguel, Terceira, e início dos processos de alteração dos planos das ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo. Acrescentou que, para elaboração de orientações estratégicas para delimitação da reserva ecológica está prevista uma verba de 87.000 euros, enquanto para o funcionamento do SiRGIC, se prevê uma verba de 143.000 euros.

Para além da produção da cartografia de risco, no âmbito do REACT-EU, será dada a continuidade ao projeto AZMONIRISK, para prevenção de riscos naturais, estando previsto investimento de 175 mil euros e que contempla a aquisição de um sistema de monitorização, alerta e alarme para a segurança dos visitantes na Furna do Enxofre, na Graciosa, bem como um sistema de observação instrumental para deteção de precursores de atividade geomorfológica na Ponta da Fajã na ilha das Flores.



Ao nível dos Recursos Hídricos e Gestão Costeira, referiu ser dada continuidade à monitorização e manutenção da rede hidrográfica da Região, um investimento de 800.000 euros, para além do investimento de 1,5 milhões de euros, para o sistema de alerta de cheias em bacias de risco.

Ao nível do ciclo hidrológico, referiu estar afeta uma verba de 200 mil euros para a manutenção da rede existente na Região, e para monitorização qualitativa das massas de água interiores e de transição, prevê uma dotação de 155 mil euros.

Para concretização de medidas previstas em instrumentos de planeamento de recursos hídricos, como o Plano de Gestão da Região Hidrográfica, que estará brevemente em discussão no Parlamento, o plano de gestão de risco de inundações dos Açores, e o plano de gestão de seca e escassez, prevê uma despesa de 135.000 euros.

Por fim, e no âmbito da Gestão e requalificação da Orla Costeira, que inclui também os trabalhos de gestão e manutenção de zonas balneares, da responsabilidade do Governo Regional – Ferraria [São Miguel] , Porto Pim [Faial] , Baía da Maia e Baía de São Lourenço [Santa Maria] – está previsto um investimento de 420 mil euros, para além do estudo da alga invasora e dos equipamentos a adquirir.

Ao nível dos investimentos de Obras Públicas, e de uma forma genérica, a executar pela Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Obras Públicas, está previsto uma verba de 13,4 milhões de euros, distribuídos por intervenções ao nível da gestão e requalificação da orla costeira, com investimento de 8,1 milhões de euros; de planeamento e promoção ambiental com investimento de 1,3 milhões de euros; de conservação da natureza e biodiversidade, com investimento de 230.000 euros e requalificação da rede hidrográfica, com investimento de 1 milhão de euros e com as intervenções previstas nos centros de processamento de resíduos, no valor de quase 2 milhões de euros, cujos projetos de execução estão em fase de elaboração e ficarão



concluídos ainda no ano 2022, com o início dos procedimentos dos concursos públicos, lançados ainda em dezembro de 2022 ou em janeiro de 2023.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito o Deputado Marco Costa e o Deputado Manuel Ramos.

O Deputado Marco Costa referiu que o plano apresentado é fiel aos compromissos do XIII Governo Regional dos Açores e reflete o modelo orgânico adotado, *“com referência clara de preocupação com questões ambientais e com as alterações climáticas”*, realçando o desafio durante o último ano, até na alteração orgânica referida pelo Senhor Secretário Regional, com a responsabilidade na área da gestão costeira.

Realçou, da importância que é dada aos territórios classificados, às áreas de património, como referido, e com *“o aumento de verbas, nessa que é uma leitura de coresponsabilização com as populações na preservação ao encontro de um potencial que temos de conservar e vender”*.

Relativamente à qualidade ambiental e alterações climáticas, questionou sobre a monitorização e controlo das térmitas, uma vez que detém a Secretaria Regional do Ambiente e das Alterações Climáticas, parte de responsabilidade sobre esta temática. Relativamente aos Centros de processamentos de resíduos, os quais dependem de fundos do REACT-EU, mas *“certamente existe uma monitorização que tem sido feita sobre esses equipamentos, que pode não ser estática no nível de investimento que obriga”*, sendo que é desses equipamentos e da sua eficiência que *“vamos dos resíduos aos recursos”*, questionando sobre as necessidades de investimentos nestes Centros.

Referindo-se à verba de 223 mil euros relacionada com a compensação financeira da deposição de resíduos nos equipamentos piloto de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas, questionou sobre o valor exato e se corresponde ao enunciado e sobre qual tem sido a leitura da implementação do sistema piloto.



Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que, parte das competências da monitorização e controlo de térmitas está afeto à Secretaria Regional do Ambiente e Alteração Climáticas, nomeadamente ao mapeamento do risco e monitorização, sendo que os apoios previstos para intervenção nas habitações estão dependentes da habitação. Referiu que *“este ano a grande diferença que existe é em vez de estarmos a monitorizar para alguns concelhos e para algumas espécies de térmitas, a opção passou, com recursos próprios e com técnicos qualificados que temos no âmbito da Secretaria Regional, por fazer a monitorização de todas as espécies para todos os concelhos”*.

Referiu ter iniciado em abril de 2022 a distribuição das armadilhas, e colocadas 1339 armadilhas cromotrópicas, numeradas e georreferenciadas, em todas as ilhas dos Açores, obedecendo a dois critérios – mapas de risco por espécie e abrangência geográfica de todos os concelhos. Referiu ainda que entre 26 de setembro e 14 de outubro foram recolhidas as armadilhas, e as mesmas centralizadas na ilha do Faial, tendo assim ficado a captar os alados durante um período de seis meses, sendo agora a próxima fase a contagem desses mesmos alados, de acordo com a densidade e com base nessa informação serão efetuados novos mapas de risco com áreas de infestação e com extrapolação para potenciais infestações em áreas que não tinham sido identificadas a presença das espécies.

Informou ainda que está em fase final de elaboração de um guia prático para o controlo de térmitas que será disponibilizado ao público em geral em formato digital, durante este ano.

Relativamente à questão colocada sobre os centros de processamento de resíduos, referiu que o valor referido de 2 milhões de euros é referente ao investimento de infraestruturação, e informou que se encontram a decorrer dois procedimentos para a aquisição de trituradores industriais, com custo de 300.000 euros cada um, que serão colocados em cada um dos centros de processamento de resíduos e adquiridas



máquinas lagartas com pinça para que seja possível melhorar a operacionalização dos centros.

Relativamente à componente de infraestruturação, é um projeto financiado a cem por cento, *“um pouco superior a 4 milhões de euros no seu global. E é um projeto fundamental por aquilo que referi, para além das ações que já foram realizadas, da distribuição que foi feita de contentores aos municípios, para a recolha dos bio-resíduos, para além da distribuição de uma quantidade muito significativa de bio-compostores pelos diferentes concelhos para entregar em casa das pessoas, havia a necessidade de adaptar os centros de processamento de resíduos, que é onde se faz a gestão de todos os resíduos destas seis ilhas (...) a partir de 2023 essa recolha seletiva é obrigatória e a partir de 2027 a contabilização para efeitos de cálculos da taxa de reciclagem só considera a recolha de bio-resíduos feita de forma seletiva”*. Realçou ainda que todos os centros necessitam ainda de outras intervenções de beneficiação, tendo sido efetuado investimento muito significativo, pelos anteriores executivos, na construção destes centros, mas que ao longo dos anos as infraestruturas se tenham degradado.

Relativamente ao sistema de depósito de embalagens, realçou ser um projeto piloto de um ano, financiado em 90% pelo EEA *Grants*, com início a 17 de maio de 2022 e terminaria a 17 de maio de 2023. No entanto, e atendendo ao atraso, a nível nacional, de implementação de um sistema de depósito de embalagens não renováveis, que de futuro poderá ser uma solução da inclusão do nosso projeto piloto, na rede nacional que existe, haverá a possibilidade de uma prorrogação do prazo do projeto piloto até final do ano, dando assim tempo para se verificar como evolui a situação nacional.

Referiu que a adesão às máquinas foi muito superior ao que seria expectável, realçando a capacidade limitadas das máquinas, e que mesmo com todo o esforço dos municípios, as máquinas muitas das vezes estão cheias. Destacou a alteração feita à portaria para limitar dois cartões associados a cada NIB, com capacidade máxima mensal de 500 embalagens para cada cartão.



O Senhor Secretário Regional informou que, sendo um projeto piloto serve para avaliar o mesmo, realçando que *“a regra que foi criada do espaçamento dos 10 km, não foi uma boa regra, não funcionou, levou à colocação de máquinas [este é o feedback que nos é dado pelas pessoas e pelas câmaras municipais] em lugares que não tem condições para as ter, que a afluência é muito pequena, no caso de Ponta Delgada, com a colocação de uma máquina no centro, implica que outra máquina esteja em São Vicente Ferreira e outra seja colocada no Ginete. A distribuição ótima não seria essa”*.

Destacou que como projeto piloto, é feita uma avaliação do sucesso de implementação das medidas, informando ainda que da última contabilização já tinham sido ultrapassadas as 3 milhões embalagens retomadas, com pagamento de prémios superiores a 150 mil euros. Conclui assim, que na incerteza do sistema nacional, haverá a possibilidade de prorrogar o projeto piloto na Região, naturalmente já não cofinanciado, até final do ano 2023.

O Deputado Manuel Ramos, relativamente à proteção da orla costeira dos Fenais Ventosa [8.7.8], referiu existir uma dotação de 15.000 euros, para revisão de preços. Informou que, a presente obra foi já objeto de requerimento dos deputados eleitos pelo círculo eleitoral da Graciosa, solicitando informação da conclusão da obra e projeto da mesma, tendo sido informado que a obra se encontrava concluída, ao qual os deputados verificaram que a obra não se encontrava executada em conformidade com o projeto. Questionou assim, sobre este valor para revisão de preços, uma vez que a obra estava concluída e entregue ao dono de obra.

Relativamente ao orçamento de 2022, estava previsto uma intervenção na proteção da orla costeira no Degredo e no Capacho, com valor inscrito de 30.000 euros, que se encontra ausente para o plano de 2023. Questionou assim se, a referida proteção já não é necessária, ou se já foi dado algum outro passo ao nível de execução do projeto.



Relativamente ao Eco freguesias, e ao valor anunciado no início da intervenção, questionou se se irá manter a exceção, ou seja, os valores atribuídos em 2022, realçando a importância deste esclarecimento para o planeamento das juntas de freguesia para o próximo ano.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional informou que a revisão de preços é uma obrigação legal, no âmbito do Código de Processamento do CCP, estando definida e que irá ser feita em 2023.

Relativamente ao Eco freguesias, referiu ter tido oportunidade de anunciar a possibilidade de realizar um reforço excepcional de 1 milhão de euros na rubrica do Eco freguesias, passando a rubrica de 450 mil euros para 1 milhão 450 mil euros, ou seja, triplicando a verba inicialmente prevista, referindo que *“isso seria com a previsão à distância que tínhamos, um ato excepcional”*. Informou ter tido manifestações de grande satisfação pelo valor acrescido, sendo que *“quase todas triplicaram as verbas, consoante a qualidade das candidaturas que apresentaram, (...) para a manutenção e limpeza de espaços públicos e encaminhamento de resíduos que estavam abandonados em espaços públicos e também em ribeiras e orlas costeiras, e conseguiram com base nesse investimento que foi feito, realizar um conjunto de intervenções, não possível de realizar há vários anos, pela verba disponibilizada ser insuficiente para a sua realização”*. Acrescentou que, o acréscimo permitiu a realização das intervenções mas, dependendo das necessidades da junta de freguesia, *“umas optaram por comprar equipamentos que lhe faziam falta e que com as verbas que são disponibilizadas anualmente não conseguiam fazer essa aquisição, outras decidiram fazer intervenções de fundo ao nível das linhas de água, ao nível da orla costeira, cada junta de freguesia, com base na estratégia que tem de atuação no âmbito da sua freguesia, fez os investimentos que considerou pertinentes”*.

Destacou o Secretário Regional que: *“Neste momento, e também tive oportunidade, aquando da apresentação dessa medida excepcional, de referir aos senhores presidentes*



de junta, exatamente que era um reforço para 2022 e que não tinha previsão de poder ser repetido em 2023. Se houvesse essa disponibilidade, como houve em 2022, naturalmente teríamos muito gosto, até porque sei que as juntas de freguesia fazem um trabalho extraordinário a nível da manutenção dos espaços públicos, muitas das vezes com recursos escassos, com poucos recursos humanos, pouca maquinaria e poucos recursos para investir, *teria todo o gosto em poder reforçar essa verba de uma forma constante, não é naturalmente possível tendo em conta toda a esfera de competência que a secretaria tem, e da divisão que tem ser feito do orçamento para essas competências, mas na verdade os senhores presidentes de junta tem noção exatamente disso, que este reforço era um reforço excepcional, que era um reforço que iria permitir, de alguma forma também atenuar os efeitos que foram feitos com esta postura de redução de precariedade ao nível dos programas ocupacionais que colaboravam com as juntas e com câmaras municipais e que seriam uma forma também de disponibilizar outra capacidade financeira às juntas de freguesia durante este ano, para poderem através da contratação de prestação de serviços, também gerar, de alguma forma, a criação de postos de trabalho, no caso a empresas e não diretamente nas juntas de freguesia.*"

Reforçou que o intuito da medida, foi a título excepcional, e que teria muito gosto de ter outra capacidade para apoiar as juntas de freguesia, de uma forma constante, e todos os anos, *"não sendo possível, na verdade (...) os presidentes de junta sabiam que era um apoio extraordinário que era um ano excepcional"*.

Relativamente à obra do Degredo, o Senhor Secretário referiu que irá consultar e fazer chegar essa informação, dizendo que foi realizado recentemente um levantamento no Degredo, pela Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, e que irá solicitar informações sobre essa avaliação e que partilhará quer na discussão do plano em plenário ou comunicando ao Deputado, através de informação a remeter à presente Comissão.



No seu direito de réplica, o Deputado Manuel Ramos solicitou esclarecimento relativamente à revisão de preços da obra de proteção da orla costeira dos Fenais Ventosa, uma vez que a presente obra foi concluída em 2021, e se o processo vai ser reaberto, se a obra vai ser concluída de acordo com o projeto, que prevê um talude em pedra e um dissipador de água que falta ser executado na obra.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional informou não ter informações de alteração ao projeto inicialmente concebido, mas que após os esclarecimentos irá fazer chegar a informação à Comissão.

De seguida o Presidente da Comissão abriu uma segunda ronda de inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito o Deputado João Vasco Costa.

O Deputado João Vasco Costa, relativamente ao Eco freguesias e de que os Presidentes de Junta de Freguesia terem informação que o apoio deste ano era excepcional, referiu que do que tem conhecimento, terá sido dado o apoio e posteriormente terem sido informados que seria a título excepcional, mas independentemente, o apoio terá surgido uma vez que as juntas de freguesia não realizam o que necessitavam, porque a verba que recebiam anteriormente era insuficiente. Neste sentido, realçou que se sendo anteriormente insuficiente, continuará a ser, se o apoio for efetivamente excepcional e não permanente. Assim, questionou se, acabando o apoio referido, que permite que as juntas exerçam as suas funções de competência própria, através do financiamento do Eco freguesias, se não *“seria desejável e até quase imperativo que esse tipo de valor se mantivesse para o futuro de forma permanente e não excepcional”*.

Em resposta, o Senhor Secretário esclareceu que desejaria que todos os investimentos que realiza, em todas as áreas fossem superiores, mas *“estamos perante uma situação de finitude de recursos e que governar é na verdade tomar opções e fazer investimentos de acordo com a estratégia”*. Referiu que o valor *“normal”* deste ano, de 550 mil euros, é semelhante e ao nível do que foram investidos em anteriores governos, desde a



criação do programa. Reforçou que os valores dados, servem para o funcionamento normal, mas que não são suficientes para executar intervenções que as juntas gostariam de fazer, mas *“que estão para além daquelas que são as competências firmadas nos protocolos, mas não deixam de ser intervenções de limpeza de espaços públicos. Ou seja, este investimento que é feito, cobre as necessidades básicas daquilo que tem de ser feito no âmbito da limpeza dos espaços públicos nas freguesias, mas uma junta de freguesia quer sempre fazer mais coisas (...), quer servir melhor a sua população, e muitas vezes tinham gosto de se equipar de forma diferente para outras tarefas, de se capacitar de uma forma diferente para poderem fazer intervenções que normalmente não conseguem fazer, ou então especificamente conseguir fazer algumas intervenções que ao longo dos últimos anos e base nos investimentos que são feitos não conseguiram fazer, e daí a satisfação (...) mas não tive nenhum feedback de junta de freguesia que me dissesse que os anos anteriores não foi suficiente para fazerem as coisas normais protocoladas no âmbito do Eco freguesias”*.

O Senhor Secretário clarificou, novamente que, assim que foi anunciado o reforço da verba para o programa Eco freguesia para 2022, *“disse que era um reforço excepcional, neste ano e que iria permitir triplicar as verbas, fiz também uma apresentação pública desta iniciativa, no âmbito da qual comuniquei publicamente que este era um reforço excepcional”*.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para uma terceira ronda para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito o Deputado Manuel Ramos.

O Deputado Manuel Ramos, e relativamente ao Eco freguesia, referiu que o regulamento existente é já antigo, sabendo que está a Secretaria Regional do Ambiente e Alteração Climáticas, a fazer esforços para efetuar uma atualização do mesmo, considerando que o mesmo se encontra desatualizado relativamente aos problemas ambientais que vão ocorrendo nas diferentes freguesias, questionado sobre a evolução do processo de revisão e se de futuro, se estará *“a Secretaria aberta para projetos*



específicos para uma determinada área, imagine-se que há uma derrocada e que é preciso fazer-se uma intervenção rápida , acontecendo muito em linhas de água (...) se poderão as juntas se candidatar a projetos específicos, nas linhas de água e na orla costeira.”

O Deputado Manuel Ramos, referindo-se às cartas de risco, referiu que era importante que as juntas de freguesia tivessem uma ação participativa nesse processo, ou ter conhecimento, sendo essa carta fundamental às juntas de freguesia.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional, e referindo-se à obra dos Fenais, informou existir uma verba inscrita, no valor de 25 mil euros, na Secretaria Regional de Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, que é *“uma continuação da empreitada anterior e para a construção de um descarregadouro de águas pluviais e estabilização da vertente da encosta”*.

Relativamente à questão colocada do Eco freguesia, referiu que as freguesias são muito heterogéneas, umas de grande dimensão com muitos pontos de recolha de resíduos, outras possuem linhas de águas e outras não, outras tem grande área de orla costeira, outras não, sendo difícil por isso encontrar uma malha de critérios que satisfaçam as 155 freguesias, tendo sido enviado para todas as juntas de freguesia um e-mail, para que se pronunciassem e dessem sugestões para alteração do regulamento do Eco freguesia. Tendo as conta as respostas recebidas, *“o que se verifica é que são posições, atendendo a essa heterogeneidade, muito distantes umas das outras, o que torna muito difícil alterar o programa de uma forma satisfatória para toda a gente”*, estando, no entanto, a trabalhar na mesma, numa alteração ao regulamento, mas que apesar dos anos desde a sua elaboração, consegue ser satisfatório para uma grande generalidade das freguesias.

Informou ainda que, sobre projetos específicos, durante a apresentação da medida, e nas reuniões que teve com diversas juntas de freguesia premiadas nas diversas



vertentes do Eco freguesia, colocou a hipótese de *“cativar parte dessa verba para programas específicos, ou seja, seria feita uma distribuição de uma verba menor pelas juntas de freguesia, mas cada freguesia ficaria com uma verba cativa para caso entendesse pudesse candidatar para uma ação em específico, devo-lhe dizer que essa opção não acolheu parecer favorável de absolutamente ninguém. As juntas de freguesia naturalmente preferiam ter o dinheiro do seu lado, e investi-lo da maneira que lhe fizesse mais jeito, que tivesse mais condicente com a sua estratégia”*.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para uma quarta ronda para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Joana Pombo Tavares.

A Deputada Joana Pombo Tavares, relativamente ao programa 8.1 – Planeamento, inspeção e promoção ambiental, verifica-se um acréscimo em relação a 2022, relativamente aos Centros ambientais e Educação Ambiental, com valor de 1.137.004 euros, e havendo uma verba destinada diretamente para a renovação da exposição do Centro de investigação e monitorização das Furnas, questionou se o aumento do valor da verba referida se destina a algo em específico.

Relativamente ao programa da Conservação da Natureza e Biodiversidade, na rubrica 8.3.2 que abrange Parques Naturais, Reservas da Biosfera, Geoparque e Paleoparque, no valor de 85.950 euros, questionou sobre a verba afeta a cada um deles, separadamente.

Referindo-se à Gestão e requalificação da Orla Costeira, e havendo necessidade de requalificação de zonas balneares, nomeadamente em Santa Maria, questionou de qual das rubricas sairá a verba, se da 8.7.1 – Gestão e Requalificação da Orla Costeira ou da 8.7.2 – Gestão de zonas balneares.

A Deputada questionou *“se não considera que o projeto de proteção da orla costeira e requalificação da Praia Formosa de Santa Maria, se não se enquadra numa gestão e*



requalificação das zonas costeiras, uma vez que não está em si, mas sim numa infraestrutura de apoio à pesca, causando alguma dúvida, como é que não está em zona costeira.”

Relativamente ao projeto 9.32.11, já afeto à gestão e requalificação da orla costeira, nomeadamente a estabilização da zona costeira da Laracha, e atendendo que nada foi feito em 2022, com uma dotação de 258 mil euros, questionou se o valor atribuído em 2023 – 278 mil euros, se é igualmente para início do processo.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional, e relativamente à estabilização da zona da Laracha, informou que de momento decorre o procedimento de contratação da empreitada está em fase de adjudicação à empresa André Oliveira, Sociedade Unipessoal, com prazo de empreitada de 5 meses, com previsão de início de trabalhos ainda em 2022, sendo a verba de 278 mil euros, a que sobrar para 2023.

Relativamente à questão colocada sobre o projeto de proteção da orla costeira e requalificação da Praia Formosa de Santa Maria, referiu que poderá não ter um porto de pesca, mas poder ter um porto de classe D, *“podendo ter havido algum lapso e não ter sido feita a correspondência com a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas e vou obter essa informação”*.

Relativamente *“ao ponto da Vigilância Ambiental, sim estão previstas verbas para uma reformulação da exposição das Furnas, um investimento se não estou em erro de 80 mil euros com a criação de uma nova sala de exposições, com aproveitamento de uma sala que estava afeta a gabinetes técnicos e que será disponibilizada para uma sala de exposição, mas dentro desta rubrica cabem todas as despesas afetas à vigilância ambiental, um conjunto enorme, tudo o que tem a ver com o funcionamento dos Vigilantes da Natureza, formações, fardamentos, despesas com trabalhadores ao abrigo de programas, seguros, prestação de serviço de contratação de pessoal, de manutenção*



e limpeza das áreas protegidas, é uma verba que engloba grande parte do funcionamento ao nível da vigilância ambiental”.

Relativamente à questão colocada sobre a desagregação do projeto 8.3.2, referiu não ter os valores desagregados, no entanto, referiu que *“há uma intervenção que inclui intervenções no Barreiro da Faneca e no Barreiro da Malbusca na Piedade, que são ações de remoção de infestantes, na sequência de uma recomendação do Conselho de ilha, depois inclui também as cartas de desporto na natureza, ações no âmbito do Parque Natural de ilha e das reservas da Biosfera, no valor de 44.500 euros, o apoio ao Geoparque no valor de 34.000 euros e depois tem um conjunto de verbas desagregadas mais pequeninas de diversas intervenções”.*

Relativamente a possíveis requalificações nas zonas balneares da ilha de Santa Maria, o Senhor Secretário Regional informou existir *“uma verba, (...) nas obras públicas, para intervenções na zona protegida em Santa Maria, salvo erro de 50.000 euros, para uma rampa de acesso à piscina em São Lourenço, um conjunto de intervenções que se querem fazer, e podem sair daí, a verba indicada para os investimentos nas zonas balneares, prevê um investimento de 420 mil euros e é daqui que devem sair os investimentos na gestão e requalificação das zonas balneares”.*

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para uma quinta ronda para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Valdemira e Deputado António Lima.

A Deputada Valdemira referiu que a Praia da Pedreira em Água D’Alto sofreu uma derrocada no seguimento de chuvas, destruindo o acesso à zona balnear, local que foi visitado pelo Senhor Secretário Regional em fevereiro do presente ano, na presença do Diretor Regional, tendo havido conversações com a Câmara Municipal de Vila Franca, questionando sobre qual a referência a este problema no plano para 2023.



Em resposta, o Senhor Secretário Regional esclareceu ter visitado o local com o Diretor Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos e com a vereação da Câmara Municipal, realçando que a intervenção não é uma *“intervenção simples, porque é um percurso bastante instável”*, havendo a possibilidade de se encontrar um acesso alternativo, (...) mas nunca foi ainda enviado a informação sobre qual seria a alternativa preferível por parte da câmara municipal, sendo certo que qualquer uma das intervenções são investimentos de monta que terão de ter também o parecer do Laboratório de Engenharia Civil e não há verba prevista, neste momento, para 2023, para uma intervenção na recuperação do acesso à Praia da Pedreira, até porque qualquer investimento tem de vir, na sequência de escolha de uma solução a adotar e de realização de um projeto que permita projetar a solução que for escolhida.”

O Deputado António Lima referiu que, retirando a componente das obras públicas e da Orla Costeira, que transita da Secretaria do Mar e Pesca, existe uma redução substancial de 1,3 milhões de euros, *“o que não deixa de ser preocupante na área ambiental”*, destacando que, na área da orla costeira, existe no plano, um conjunto vasto de intervenções que já existiam no plano de 2022 e que voltam a constar no plano para 2023 – 9.32.3, 9.32.4, 9.32.5, 9.32.11, 9.32.14, 9.32.21 – Porto de Santa Iria, Calhetas da Ribeira Grande, Fajã João Dias em São Jorge, Laracha em Santa Maria, Fajã das Pontas em São Jorge e Praia do Almojarife no Faial- com valores semelhantes, questionando o porquê desta repetição, se não foram executadas.

Relativamente à medida 9.32.31 – Proteção da Orla Costeira da Ribeira Grande – com dotação de 1 milhão de euros, questionou o que é pretendido realizar na intervenção. Em resposta, o Senhor Secretário Regional realçou que a redução em relação ao orçamento de 2022 não é no valor de 1 milhão e 300 mil euros, mas sim de 700 mil euros, sendo que o investimento total não pode ser excluindo as Obras Públicas, *“ou seja o investimento cresce 17%, não desce 700 mil euros, poderíamos não investir nas Obras Públicas e redirecionar o dinheiro para a execução direta pela Secretaria Regional, são opções que são feitas, dentro da estratégia que o Governo definiu. Para além na*



imprecisão no valor que referiu, não concordo com a sua leitura, porque cabe ao Governo definir se prefere investir num determinado ano, mais em Obras Públicas ou mais na execução dos domínios que tem competências de execução direta. (...) O que se verifica é fortemente influenciado pela transição da gestão costeira e proteção costeira, que transitaram para a Secretaria que tutelo, e também só tenho essas competências desde 29 de abril deste ano”, referindo que poderá fazer um ponto de situação de cada uma das obras elencadas, muitas das quais já estão adjudicadas. Referiu que o projeto e estabilização costeira do Porto de Santa Iria é um a obra com custo estimado superior a 5 milhões de euros, sendo que a dotação que consta no plano- 450.000 euros - é o valor para dar início à obra, sendo que o projeto está em fase de conclusão na firma P.E. Costa Poím, para incorporação de recomendações que foram exaradas em sede de projeto, com preço base 4.850.000 euros, mais iva, com prazo de execução de 24 meses com necessidade de se proceder a expropriações e com necessidade prévia de fiscalização pelo Tribunal de Contas.

Relativamente à obra das Calhetas, na Ribeira Grande, o projeto encontra-se concluído e aguarda pareceres de entidades externas e carece de uma resolução do Conselho de Governo para delegação de competências na Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas para aprovação das peças do procedimento, sendo um investimento de 3.5 milhões de euros. Sobre a Fajã João Dias em São Jorge, informou que tem uma dotação de 791.000 euros, sendo que a empreitada está adjudicada à empresa InvesTri, com prazo de execução de 9 meses, contando estar concluída até final de 2023.

Relativamente à requalificação da Laracha, o procedimento de contratação de empreitada, está em fase de adjudicação à empresa André Oliveira, Sociedade Unipessoal, com prazo de execução de 5 meses com início de trabalhos ainda no final do presente ano e com dotação de 278.000 euros.



Relativamente à Fajã das Pontas também já se encontra em adjudicação, com dotação no valor de 692.000 euros, adjudicada à empresa Almério & Cordeiro, com prazo de execução de 9 meses e por isso não irá aparecer em futuros planos e orçamentos.

Referiu ainda que não é de agrado que são colocadas obras que tenham de constar em planos consecutivos, sendo que neste caso, algumas delas terão prazos de execução inferiores a um ano e por isso não aparecerão em futuros planos.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DO MAR E DAS PESCAS:

O Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas, iniciou a sua intervenção por referir que o plano para o ano 2023, trata-se de um plano, na linha do Plano Regional, marcado por um contexto económico difícil, quer a nível mundial, europeu, nacional e também regional, decorrente do conflito da Ucrânia, da recuperação pós-pandemia e da mais recente escalada da inflação, acarretando consequência económicas, políticas, sociais e energéticas sem paralelo nos tempos recentes.

Prevê-se um investimento público para a economia do mar na ordem dos 33,8 milhões de euros, como está plasmado nos documentos já entregues, consolidar uma visão estratégica de promoção de um oceano saudável, aumento do conhecimento e a sustentabilidade do setor das pescas, criando condições para a criação de emprego e na promoção de uma economia azul circular.

Como entidade proponente, o investimento sobe para os 35,4 milhões de euros.

Comparativamente com anos anteriores, este plano está em linha de conta com os investimentos propostos, atendendo a que, fruto da nova orgânica, as ações relativas à orla costeira transitaram para a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, e também recordar o grande volume de verbas afetas aos fundos comunitários, nomeadamente para o financiamento de infraestruturas públicas e privadas, como é exemplo a nova fábrica da Conseran, na ilha do Pico.



Para 2023, assume particular destaque o programa Cluster do Mar dos Açores, com cerca de 15 milhões de euros.

Em relação ao Tecnopolo Martec, o processo encontra-se em fase de concurso público, com o prazo de entrega de propostas apontado para o fim deste mês de novembro.

Quanto ao novo navio de investigação, encontra-se em fase de análise da proposta vencedora.

Relativamente ao Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional (PSOEMA), adiantou que se encontra na Presidência para ser remetido ao Senhor Ministro da Economia e do Mar, *“no sentido de ser proferido despacho de constituição da comissão consultiva delegando na DRPM, o prosseguir do procedimento para se concluir o processo do PSOEMA, aguardamos que haja o despacho do Senhor Ministro, tudo já remetido para a presidência para análise, e tudo quanto sei está a ser tratado diretamente com o Ministério.”*, referindo ser um assunto urgente para resolver.

Relativamente às áreas marinhas protegidas, está a ser tratado diretamente com a Presidência, em colaboração com a BLUEAZORES, um protocolo que decorre desde 2019, para que se atinja o objetivo de estar concluído até dezembro de 2023, reconhecendo ser um projeto ambicioso e que exige da parte de todos um grande empenho, mas conseguiremos o objetivo, ou seja finalizar o processo até dezembro de 2023, antecipando em sete anos a meta que é imposta pela Agenda 2030.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito o Deputado José Contente, a Deputada Salomé Matos e o Deputado António Lima.

O Deputado José Contente, realçou que, nas audições do Plano para 2022, ou seja, no ano passado, o Senhor Secretário Regional teria informado que iria enviar o PSOEMA



para a comissão consultiva no dia 2 de dezembro de 2021, solicitando que esclarecesse se não teria sido esta a informação dada e a razão do atraso verificado.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional realçou que *“o que agora vai ser remetido agora ao Ministério, é estabelecer, por despacho do Senhor Ministro, as regras de funcionamento da comissão consultiva, que vai apoiar e acompanhar o desenvolvimento do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional, adjacente ao arquipélago dos Açores”*.

A Deputada Salomé Matos referindo-se ao enquadramento efetuado, e referindo que o plano regional anual para 2023, defende que as políticas adotadas para a gestão do Espaço marítimo dos Açores, procuram consolidar uma visão estratégica da promoção de um oceano saudável e bem gerido, consertado com políticas nacionais e com cumprimentos de diretrizes europeias, e em termos de políticas sectoriais de âmbito regional, surge o plano já apresentado. Questionou o Senhor Secretário sobre as principais vantagens esperadas, no seguimento da simplificação dos processos administrativos para licenciamentos, e que vantagens poderá trazer a nível regional.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que o que se encontra em causa é *“determinar os usos, como é que vamos proceder à utilização do nosso espaço marítimo (...) sendo este processo moroso e complexo, tendo sido feito um grande esforço por parte dos técnicos, da ex-DRAM e atual DRPM, por forma a apresentarem um trabalho de grande qualidade. Verificado agora o cumprimento, no quadro legal aplicável, com o despacho do Senhor Ministro a delegar na DRPM prosseguir com o processo, nomeadamente a constituição da comissão consultiva, torna-se importante por podermos agilizar as atualizações, os procedimentos administrativos, que neste momento, e fruto da nova orgânica do Governo, acaba por ser Secretaria Regional do Mar e das Pescas, através da Direção Regional de Políticas Marítimas, que vai gerir tudo isto. O facto de integrarmos na Secretaria Regional do Mar e das Pescas e na Direção Regional de Políticas Marítimas, vai facilitar aquilo que se pretende quanto aos usos,*



porque não fazia sentido que, relativamente ao whale watching fosse licenciado no turismo, e depois relativamente à Marítimo Turística, fosse licenciado nos transportes marítimos, porque entendemos que é necessário esta articulação e ser pela mesma entidade, para estarmos atentos ao aumento exponencial nesta área”, mas com cautelas necessárias para que haja um desenvolvimento sustentável.

Referiu ainda que após a definição das regras e articulando com todos os setores, como por exemplo a capacidade de carga das visitas a determinadas zonas, terá de ser efetuado com diálogo com o setor, com as associações, com o melhor conhecimento científico disponível de forma a não serem cometidos erros.

O Deputado António Lima referindo-se à medida 7.6.12 – Colmatação de lacunas sobre a caracterização do espaço marítimo, e uma vez que o plano para gestão do espaço marítimo está concluído como referido, esta medida em 2022 tinha uma dotação de 1 milhão de euros, passando em 2023 para 2,2 milhões de anos, questionando o que se pretende e o porquê da sua manutenção e até o reforço de verba.

Questionou ainda também sobre a construção e futura operacionalização do Tecnopolo MARTEC, e sendo que o Senhor Secretário Regional se referiu ao navio de investigação, não referindo o plano se o Tecnopolo MARTEC estará em desenvolvimento, *“e para além da construção é preciso perceber se o Governo já tem um plano de desenvolvimento dessa infraestrutura”*.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional, e relativamente à Colmatação de lacunas sobre a caracterização do espaço marítimo, referiu serem intervenções relacionadas com o reforço de investimento público à transição climática, no âmbito do Programa REACT-EU. No entanto referiu existir, com o Instituto Hidrográfico, um levantamento que é necessário realizar na costa Norte da ilha de São Jorge, julgando que a verba para esse protocolo está afeta a essa mesma ação, mas informou que irá fazer chegar uma formação mais detalhada sobre este assunto.



Relativamente ao Tecnopolo, informou que até ao final do mês de novembro aguardam pela receção das propostas, realçando a crise que se vive na construção civil, não havendo muitas empresas nos Açores capacidade de executar uma obra dessa envergadura, num curto espaço e tempo, sendo necessário cumprir com as metas do PRR, para não colocar em causa todo o PRR regional e até nacional.

Relativamente ao navio de investigação, “ sabemos que o navio será dispendioso, na sua manutenção que vamos ter que repensar o modelo da sua gestão, e o que lhe posso adiantar é que existe alguns contactos com a Marinha no sentido de se chegar a um entendimento – Marinha, Institutos ou Universidade dos Açores - e à semelhança do que existe em alguns países nórdicos, arranjar um modelo de gestão que não onere demasiado a sua exploração para ao erário público (...)”, tendo, por exemplo a Marinha a possibilidade de fazer as varagens e as manutenções, não ficando entregue a uma única entidade, mas havendo uma forma consensual de explorar o navio de uma forma satisfatória.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para uma segunda ronda de perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Joana Pombo Tavares e a Deputada Salomé Matos.

A Deputada Joana Pombo Tavares relativamente ao projeto de requalificação da orla costeira e requalificação urbanística da Praia Formosa, em Santa Maria, e tendo o Senhor Secretário Regional do Ambiente e Alterações Climáticas ficado com dúvida sobre a alocação desta ação, por se tratar de uma proteção de orla costeira, mas encontrar-se afeta à Secretaria Pescas do Mar e Pescas, por ser uma infraestrutura de apoio à pesca, questionou qual a justificação desta alocação.



Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu “tratar-se de um lapso, são 230.000 euros, eu penso que terá existido um lapso, porquanto a competência em termos orgânicos é da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas”.

A Deputada Salomé Matos referindo-se à Escola do Mar dos Açores, disse ser um ponto dos pontos fulcrais do estímulo de crescimento da Economia Azul, sendo que no plano anual para 2023, esta ação prevê dar continuidade ao processo de certificação de novas valências da escola, criando condições para o seu pleno desenvolvimento. Acrescentou que nos últimos dois anos, a escola já ministrou dezenas de ações de formação de curta duração, abrangendo um número significativo de formandos, quer no Faial quer em outras ilhas, trazendo a escola à população, mas também levando a escola às populações.

Questionou quais são as ações prioritárias para 2023, agora que DGRM concedeu a certificação à Escola.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu todas as pessoas envolvidas durante os últimos dois anos que contribuíram de forma definitiva para a consolidação deste grande projeto, estando neste momento numa nova fase, com a certificação da DGRM, que brevemente será entregue, e que vem dar novos horizontes à Escola do Mar dos Açores. Informou ainda que, a Escola Náutica Infante D. Henrique também mudou de diretor e com este novo diretor tem havido muito mais colaboração.

Realçou que desde 26 de setembro do presente ano, foi iniciado um novo período formativo, dedicado ao setor das pescas, encontram-se projetadas nas nove ilhas dos Açores, formação de 575 profissionais, seis formações em segurança básica, correspondendo a 96 formandos, com mais de 62 horas formativas; 4 formações em princípio básico em segurança básica, correspondendo a 102 formandos, correspondendo a mais de 25 horas formativas; 26 formações de Gestão Ambiental a bordo, correspondendo a 476 formandos com mais de 25 horas formativas; 9 provas de natação, correspondendo a 250 formandos com carga formativa de uma hora; 12 provas



de aptidão para manobra de embarcações, correspondendo a 150 formandos, com carga formativa de 8 horas.

Informou ainda que, a escola tem de se adaptar às necessidades que surgem, estando em preparação uma formação de Segurança de Manobrador de Gruas, sendo esta uma área que preocupa, nomeadamente pela responsabilidade civil de um acidente que ocorra numa das gruas dos portos, estando já em conversações com a Mútua de Pescadores para que haja um seguro de grupo, sendo que este seguro apenas ocorre se existir formação.

Realçou assim, que a dinâmica da Escola vai ao encontro da necessidade, *“para a pesca, como pode acontecer para a Atlânticoline, com a Barcos do Pico, ou com outras empresas que solicitem, porque há necessidade de fazer certificação de maquinistas, marinheiros, sendo que a Escola do Mar serve precisamente para isso”*.

Realçou ainda existir formações que são obrigatórias serem realizadas no Faial, nomeadamente as que impliquem a necessidade de utilização do PLA, mas sendo possível é preferível deslocar formadores e equipamentos do que fazer deslocar dezenas de pessoas, pelo menos até à possibilidade de existir o alojamento para instalar os formandos.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para uma terceira ronda de perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Maria Isabel Teixeira.

A Deputada Maria Isabel Teixeira referiu que, no plano de 2022 especificava um estudo hidrodinâmico das condições oceanográficas na costa Norte da ilha de São Jorge, referiu que o estudo não foi efetuado e volta a constar no plano para 2023, que se refere às intervenções relacionadas com reforço de investimento público no âmbito da transição climática. Questionou o que condicionou a falta do estudo no ano 2022 e o que faz falta para se avançar com este estudo.



Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que, à semelhança do que respondeu ao Deputado António Lima, não dispõe de elementos para poder dar uma resposta, comprometendo-se a fazer a entrega destes dados posteriormente.

DA AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA AGRICULTURA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL:

O Senhor Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural iniciou a sua intervenção por referir que, no âmbito da presente comissão, na área de desenvolvimento sustentável, ambiente e recursos cinegéticos, informou ter áreas de intervenção e que se encontram plasmadas no presente plano e orçamento para 2023. Em análise geral ao plano e orçamento para a área de agricultura e desenvolvimento rural, referiu ter uma dotação geral de 108,5 milhões de euros, dos quais 57,7 milhões de euros correspondem a fundos investidos diretamente pelo orçamento regional e 50,8 milhões por fundos comunitários, designado no programa 6 - Economia Rural, dividida em três projetos – Investigação, inovação e competitividade, Desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alteração climáticas e Infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo.

Relativamente ao projeto 2 - Desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alteração climáticas, no âmbito de uma agricultura mais sustentável, biodiversa e até atenta às alterações climáticas, quer no modo como se produz, transforma e como se alimenta toda a cadeia da produção ao consumo, havendo *“um aumento de 1,76% da dotação relativamente a 2022, o que corresponde a um aumento de 1,13 milhões de euros relativamente a 2022, havendo uma preocupação muito objetiva, específica, relativamente a uma agricultura sustentável no modo de a produzir mas também no modo de a consumir”*.

Referiu que a ação 6.2.2 – Agro ambiente e agricultura biológica – sobe 14,39% relativamente a 2022, um aumento de 1,5 milhões de euros, fruto da aposta muito direcionada para uma agricultura de maior naturalidade, tendo em conta as preocupações da humanidade, não só pelas alterações climáticas, mas também a



questões de conservação do solo, do bem-estar animal, sendo que *“os Açores têm de estar na dianteira deste conjunto de preocupações, posicionando-se nos mercados como uma região que está à frente dessas mesmas preocupações e em resposta a essas inquietudes da sociedade”*.

Realçou que a produtividade biológica subiu na nossa Região, em área, em mais de 600%, e em número de produtores, em relação a 2019, mais de 200%, havendo assim mais uma oferta de outro tipo de agroalimentos que não existiam, essenciais para a fileira económica da Região.

Relativamente à ação 6.2.11 – relativa a pagamentos a zonas sujeitas e condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, relacionado com o ambiente e com a necessidade de manutenção e de conservação de um conjunto de preocupações: solos, carga animal, pastagens biodiversas, que tipo de energia local existe, que tipo de co-associação de espécies existe- sendo que este é um esforço igual a 2022, no valor de 12 milhões de euros, mas *“em 2018, estas medidas sofreram um corte significativo, de 30€ por escalão, o que significa que o esforço regional, relativamente a 2020 para 2023, é de mais 1 milhão e 25 mil euros para evitar os cortes nos apoios, mas também para incentivar a uma agricultura mais sustentável”*.

Relativamente à medida 6.2.9 – Economia circular na agricultura, sendo que cada vez mais preocupa a reutilização dos resíduos da produção agrícola, de que forma é que podemos transformar resíduos no âmbito das florestas, dos matadouros e dos restolhos, havendo um *“conjunto de inovação e de oportunidade que pode vir a dar oportunidade a novos negócios na Região”*, subindo 77% em relação a 2022, um aumento de 29.800 euros, direcionados a formação, investigação, atratividade e para classificação de projetos inovadores e pioneiros nesta área, sendo uma preocupação que um produto não seja finito, e que volte à cadeia de produção e consumo.



Realçou que a ação 6.1.3 é referente ao transporte de resíduos de plásticos, em que todos os anos é dado um apoio às empresas de transporte para o transporte dos resíduos agrícolas, especialmente dos plásticos para a ilha Terceira para valorização energética, cerca de 200 mil euros por ano. Destacou que este ano foi ainda elaborada uma caracterização, *“porque não sabíamos e para termos uma política de facto, com planeamento e orientação e dirigida a esta área, é preciso saber o que é que temos, para sabermos que soluções. O relatório já foi entregue a esta comissão, no âmbito de uma iniciativa de três partidos políticos, para vossa análise, o que vai ajudar a uma reflexão política não só do Governo Regional, mas também deste Parlamento”*.

Referiu que no âmbito da ação 6.2.5 – Bem-estar de animais de companhia e errantes- da ação 6.2.33, que *“pela primeira vez existe um programa de identificação e esterilização de animais de companhia, em colaboração com os centros de recolha oficiais e com as Câmaras municipais, como já tinha anunciado, que iríamos individualizar uma ação específica, para termos uma maior atenção”*.

Relativamente à ação 6.1.5 – apoio ao associativismo – pela primeira vez, as associações de proteção animal se podem candidatar, sendo assim que no âmbito do bem-estar animal são as ações 6.2.5, 6.2.33, 6.2.5, sendo que nesta última existe a Portaria n.º 67/2021, de 12 de julho, de resgate de animais de grande porte.

Relativamente à ação 6.1.8 - inovação e digitalização da agricultura nos Açores, referiu ser no âmbito do PRR e que tem um projeto muito dirigido a um plano de desenvolvimento de um sistema integrado de monitorização dos solos agrícolas, sendo que estes *“devem ser um objeto de publicitação, devem ser um objeto de preocupação de sustentabilidade para entregarmos aquilo que recebemos, num bom uso de utilização, um solo fértil”*, prevendo para além das análises e aconselhamento de fertilidade, prevê a revisão da carta de solos, revisão da carta da capacidade de uso por uma digitalização da capacidade do uso solo, um *“recurso não renovável à escala geracional humana”*.



Relativamente à ação 6.2.4, e no que diz respeito ao bem-estar animal e à certificação das explorações bovinas, referiu que a Região iniciou um processo de adaptação do protocolo internacional, as regras internacionais do bem-estar animal, para as explorações pecuárias, *“ não é possível produzir-se utilizando os animais, estamos a falar da exploração pecuária, sem que essas explorações estejam certificadas por um organismo internacional, o IRTA a 8 de julho de 2022, publicou depois de alguns debates e de visitas, depois de formação técnica, publicou a circular que permite ajustar a nossa identidade em termos de utilização dos animais, animais de produção, àquilo que são as regras internacionais”*. Informou ainda existirem já 16 auditores acreditados, na administração regional, e mais 16 auditores formados nas associações, cooperativas e empresas, sendo que ainda no âmbito deste protocolo, encontra-se certificado o matadouro de São Miguel e Terceira com selo internacional do bem-estar animal, sendo que em 2023 se prevê certificar mais cinco matadouros. Acrescentou ainda haver 61 explorações de leite certificadas e 22 de bovinicultura de carne.

O Senhor Secretário Regional fez ainda o balanço das ações que se iniciaram em 2022 e continuam em 2023, no âmbito do programa da Agronaturalidade, a GeoBio Ocidental, SustentAgro que permite um apoio às pastagens biodiversas, e a GeoBio Graciosa, com menos verbas, uma vez que os programas de formação vão-se realizando – 900 participantes em 2021 e 1030 participantes em 2022, sendo que corre todas as ilhas, dirigida a produtores e consumidores. Informou ainda que de 21 a 29 de outubro realizaram-se ações de formação específicas na ilha Graciosa, de 12 a 13 de novembro realizar-se-á na ilha do Pico e sendo que o Fórum Bio 22 termina na ilha de São Jorge com a realização de ações de formação, workshops a realizar de 18 a 21 de novembro. Referiu ainda que o LIFE CLIMAZ (ação 6.2.16) permite investimentos em viveiros, nas espécies autóctones, nos corredores ecológicos e no mapeamento florestal, integrado no Plano Regional para as Alterações Climáticas e que o LIFE SNAILS (ação 6.2.29) é relativo *“à conservação de espécies de caracóis endémicos da Região, é uma ação neste*



momento muito dirigida à ilha de Santa Maria, e não está dirigida a mais nenhuma ilha e que em 2023 vai ter a sua objetividade em Santa Maria”.

Informou que, o LIFE BEETLES não se encontra descrita, que se irá apenas realizar nas Flores e no Pico, no qual a Secretaria Regional é parceira passiva, com fornecimento das espécies endémicas para que o escaravelho endémico se desenvolva.

Realçou ainda a ação 6.2.31 – Caracterização de variedades produtivas vegetais regionais, relacionado com as alterações climáticas, “um projeto inovador, que pretende recuperar as nossas espécies reprodutivas tradicionais – nabo, chicharo, milho e feijão de todas as ilhas- para que possamos recuperar capital de DNA já ajustado à Região, aos nossos territórios e que são espécies de combate às alterações climáticas”. Referiu ainda que com a recuperação pretende fazer um banco genético e caracterização, “*obter uma qualificação como endémicas e incentivar a sua produção*”. Referiu também a ação 6.1.25 – Agrociência e Investigação, realçando ser uma ação nova, relacionado com protocolo a estabelecer com a Universidade dos Açores para bolsas de investigação, no âmbito das espécies vegetais e espécies animais para as alterações climáticas.

Por fim, referiu a ação 6.1.26, realçando ser um projeto piloto muito dirigido a uma ilha – ilha do Pico – e neste caso dirigido à recuperação da cultura da figueira, uma cultura multialimentar, multiadaptada e multisustentada, realçando que a população da ilha do Pico “viveu” da cultura da vinha e da figueira, duas culturas que se desenvolvem em cima de pedra”.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito a Deputada Joana Pombo Tavares, o Deputado António Lima e o Deputado Alberto Ponte



A Deputada Joana Tavares, e tendo em conta o que referiu o Senhor Secretário Regional, relativamente às pastagens biodiversas, questionou sobre o número de candidaturas durante o ano de 2022. Referiu ainda que, apesar de foi referido que poderá ser incluído o associativismo de proteção animal, questionou qual a razão da descida de 259.000 euros para 140.000 euros de dotação, entre 2022 e 2023, para o bem-estar animal.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional informou que o apoio às pastagens biodiversas é um apoio às leguminosas, que tem benefícios ambientais como a fixação do azoto atmosférico, com melhor composição energética da pastagem e melhor sustentabilidade em termos de fertilidade do solo. Referiu assim, que em 2021 foi aberta candidatura à compra de sementes leguminosas, tendo sido apoiados 2932 quilos, em área afeta de 168.15 hectares, com dezoito candidatos – 8 na Graciosa, 8 na Terceira 1 no Pico e 1 na ilha do Faial, referindo que em 2022 já possuem mais candidaturas, *“havendo uma série de fatores que estão a despertar para um melhoramento de pastagens”*.

Relativamente ao bem-estar animal, informou não haver uma redução de verba, mas sim uma redistribuição em três ações – 6.2.5 [Bem-estar de animais de companhia e errantes] com 140.000 euros, montante inferior a 2022, mas havendo uma nova ação 6.2.33 [Programa de identificação e esterilização de animais de companhia] com 50.000 euros e havendo ainda uma verba, na ação 6.1.5 Apoio ao associativismo, com 150.000 euros, sendo que a soma de todas as verbas, o montante para 2023 é superior ao de 2022.

No seu direito de réplica, a Deputada Joana Pombo Tavares pediu esclarecimento de que, são 150.000 euros reservados às associações de proteção animal, na ação do apoio ao associativismo, valor que foi confirmado pelo Senhor Secretário Regional.

O Deputado António Lima e referindo-se à ação 6.2.33, como sendo uma medida positiva, questiona se será uma medida para todos os centros de recolha oficial ou se será limitada numa primeira fase e perceber de que forma será aplicada, *“e se não será mais um projeto piloto que será para algumas câmaras e não para outras”*.



Referiu ainda que, apesar de não encontrar explanado no plano, tem sido o Senhor Secretário Regional confrontado em alguns eventos, sobre o impacto de algumas espécies, nomeadamente de aves, nas culturas, e percebendo a preocupação dos agricultores, questionou sobre a existência ou não de algum estudo sobre o real impacto dessas espécies e eventualmente que soluções poderão ser encontradas, que não passem pelas sugestões que são dadas em que se pretende que passem a espécies cinegéticas.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que a ação 6.2.33 permite um protocolo de colaboração com os oito centros de recolha oficiais (CRO's), mas também irá permitir com todas as Câmara Municipais, independentemente de terem CRO's, uma vez que o problema é transversal a todas as ilhas, referindo que a verba de 50.000 euros poderá ser escassa, podendo haver reforço caso seja necessário.

Informou ainda que, no ano de 2022, possui um montante de 240.000 no âmbito da Portaria 33/2021, de 15 de abril, para a esterilização e identificação, em que pela primeira vez, as juntas de freguesia se podem candidatar, e foram rececionadas as candidaturas de 9 associações de proteção animal, oito CR's e 9 juntas de freguesia. Realçou, no entanto, que no ano passado houve dificuldade na execução da verba, por falta de comprovativos, tendo sido já pago, dos 240.000 euros, 155.669,66€ relativamente ao terceiro trimestre. Acrescentou que em 2021 estava disponível uma verba de 239.000€ e foi paga apenas 205.389,30€.

Referiu que, relativamente ao impacto de espécies nas culturas, existem duas espécies – pombo-torcaz e a rola-turca - que “devoram campos semeados de milho, os agricultores semeiam e a seguir são bandos, principalmente da rola-turca, que se está a multiplicar incontrolavelmente na Região e que está a dizimar os campos semeados de milho”. Referiu ainda que ambas as espécies são protegidas pela Diretivas Aves, mas considera urgente ser feito um controlo da população. Nesse sentido, estão a ser realizados Censos, por parte da Direção Regional dos Recursos Florestais, para averiguar



a quantidade, realçando que são de momento um problema para as culturas, não sendo uma tarefa política fácil, *“penso que se o Parlamento se envolvesse, era melhor para nós”*, não se tratando de uma extinção, mas sim de um controlo de espécies.

No seu direito de réplica, o Deputado António Lima referiu que seria importante a execução do estudo e perceber o porquê destas espécies se multiplicarem tão rapidamente, podendo ser o excesso de alimento nas explorações um dos fatores e ser necessário o controle nas explorações.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que *“o controlo alimentar nas explorações, resulta da atividade normal da agricultura. Nós este ano aumentamos a área de milho, e incentivamos ao aumento da nossa área de milho, naquela que é a necessidade de tornar nos, de forma progressiva, autossuficientes em energia alimentar no âmbito dos nossos recursos endógenos”*. Referiu que, em relação a 2021, a área de produção de milho aumentou cerca de 600 hectares, estando atualmente à volta dos 14.000 hectares, sendo intenção de aumentar mais, identificando áreas nas ilhas locais com condições edafo-climáticas e microclimas que sejam propícios à plantação.

Realçou que *“quanto mais milho nós produzirmos para energia alimentar animal, mas também voltando um pouco atrás e recuperando aquilo que é a produção de milho grão para farinha para componente de alimentação animal, quer para farinha humana”*, destacando ser importante os censos, para perceber, porque se multiplicam estas espécies, quais as ilhas mais dramáticas e de que forma se irá fazer o controle.

O Deputado Alberto Ponte relativamente ao perímetro agrário, questionou se o mesmo já se encontra concluído em todas as ilhas e se o mesmo corresponde às expectativas ou se considera haver necessidade de alterações.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que os perímetros de ordenamento agrário, tem de ter uma nova orientação e planeamento político, *“desde logo não serem*



só zonas privilegiadas de investimento, no âmbito daquilo que é eletrificação, abastecimento de água e caminhos, ou seja, acessibilidades, mas também na caracterização e sustentabilidade da produção e dos solos. (...) Que estes perímetros sejam alvo mais do que uma beneficiação estrutural, uma beneficiação de fertilidade e de conservação, de manutenção e de orientação produtiva". Informou que, passou-se de dezasseis para vinte e três perímetros de ordenamento agrário, cinco em ilhas que ainda não existia, possuindo assim, todas as ilhas perímetro de ordenamento agrário, correspondendo a 28% do território açoriano com o referido perímetro, que *"não pode ser um espaço demarcado, que não tenha atenção política e das políticas de sustentabilidade"*.

No seu direito de réplica, o Deputado Alberto Ponte questionou se as áreas de milho forrageiro e de grão tiveram aumento nas áreas cultivadas em 2022, e se sim qual a percentagem e se o Secretário Regional considera que se está a caminhar para sermos mais autossuficientes na Região.

Em resposta, o Senhor Secretário Regional referiu que *"nunca vamos ser autossuficientes, mas temos que ser menos dependentes do exterior"*, referindo que as crises alimentares, de sanidade, de saúde pública, de inflação e as crises resultantes de conflitos militares acontecem, e de cada vez que acontecem colocam *"a nu a nossa fragilidade alimentar"*, realçando que a riqueza de uma região também se mede pela sua capacidade de produzir alimentos.

Acrescentou que, com os incentivos dados às sementeiras do milho, apoiando em 80% a compra de milho e de sorgo, aumentando em 500 hectares a produção forrageira de milho e em 5 hectares de milho grão.

DA AUDIÇÃO DA SECRETÁRIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas iniciou a sua intervenção referindo, no que diz respeito à eficiência energética, por referir que *"A Secretaria*



Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, por inerência das competências atribuídas pela orgânica do Governo dos Açores, para além da temática da Energia e da tutela sobre a estrutura de missão para a sustentabilidade do destino turístico Açores (DMO Açores), concentra uma atuação transversal a todos os outros departamentos.

Apresentámos uma proposta de 250,8 milhões de euros de investimento – mais de um 1/3 do total do Plano Anual Regional para 2023 – distribuídos por 167 ações, algumas das quais ainda passíveis de desagregação em várias subações ou intervenções mais pontuais.

Temos, por isso, uma acrescida responsabilidade em matéria de desenvolvimento sustentável, pugnando pela exemplar aplicação de uma estratégia assente na sustentabilidade da Região, em todos os domínios sob a nossa tutela.

Em matéria de energia, os investimentos a realizar em 2023 refletem uma política integrada de promoção da transição energética nos Açores e assentam, essencialmente, no aproveitamento dos recursos naturais de que a Região dispõe; na eficiência energética; na mobilidade elétrica; e no aprofundamento de projetos internacionais.

As ações apresentadas foram concebidas e planeadas com um carácter antecipatório, potenciando a redução de emissões de gases com efeito de estufa.

Procuramos, com isso, um desenvolvimento descarbonizado da economia açoriana, proporcionando oportunidades no imediato e a devida preparação de toda a Região para uma transição de futuro.

Perante as perspetivas estratégicas e os compromissos políticos da União Europeia, mas também face à exigente conjuntura atual marcada pelo pós-pandemia, pela guerra na Ucrânia, e pela crise energética internacional, estamos a propor um plano de investimentos que visa o aumento da eficiência energética; a redução gradual da dependência do exterior; e a adoção de uma energia mais limpa com redução da utilização de combustíveis fósseis.



No que concerne concretamente à **eficiência energética e energias renováveis** (9.1), perspetivamos, em primeiro lugar, uma atuação pedagógica e de sensibilização para a racionalização e redução do consumo energético.

Não obstante, a mais emblemática intervenção no domínio da energia está associada à produção e armazenamento de energia limpa, visando a transição energética da Região.

Neste particular, destaca-se a execução do PRR, através da implementação do sistema de incentivos SOLENERGE, complementado pelo PROENERGIA, para além de investimentos da EDA e da EDA Renováveis, formando um total superior a 26 milhões euros.

Continuamos, igualmente, a investir nos **serviços energéticos** (9.2), nomeadamente na segurança e na qualidade do abastecimento de energia à população, bem como na modernização e desmaterialização de serviços, privilegiando a desburocratização de processos e a agilização no contacto com os cidadãos.

Ao nível da **mobilidade elétrica** (9.3), para além dos incentivos à aquisição de veículos, investiremos na revisão do Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores (PMEA), ajustando-o ao contexto atual, mas manteremos o investimento em várias medidas desse plano, incluindo no desenvolvimento de soluções digitais; no estímulo da Graciosa como ilha modelo; e na atribuição de prémios a projetos inovadores.

Propomos, ainda, a alocação de recursos para prosseguir uma **política energética** (9.4) que, além de contemplar uma campanha de combate à pobreza energética, potencie a inovação, a colaboração e a aprendizagem com parceiros internacionais, de onde se destaca a participação no projeto LIFE IP CLIMAZ e a integração num projeto para o estudo da viabilidade do uso de hidrogénio nos Açores.

Na temática do turismo, mantemos uma convicta e empenhada atuação em matéria de desenvolvimento turístico sustentável, garantindo em 2023 uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis, face ao término de medidas de emergência destinadas a mitigar os efeitos da pandemia de COVID-19.



Estamos prestes a ser formalmente certificados com o Nível III de Prata como «Destino Sustentável», de acordo com os critérios do Global Sustainable Tourism Council, e continuamos a investir nesse processo, que, na prática, não se limita só ao turismo, mas que se serve da transversalidade deste setor para alavancar uma atuação mais sustentável em todos os outros.

Temos, ainda, prevista a revisão da proposta para o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), logo após a conclusão da revisão do Plano Estratégico e de Marketing de Turismo dos Açores (PEMTA), numa lógica de racionalização e articulação entre um documento de âmbito orientador e um documento de âmbito operacional, procurando assegurar coerência e consistência à política de desenvolvimento sustentável de toda a cadeia de valor do turismo na Região.

Como entidade executora das obras públicas de todas as outras tutelas, a Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas concentra, também, importantes investimentos para a gestão e requalificação da orla costeira, superiores a 8 milhões de euros, bem como outros investimentos em matéria de ambiente, superiores a 4 milhões de euros, que envolvem infraestruturas de apoio à promoção ambiental, conservação da natureza e biodiversidade, centro de processamento de resíduos e requalificação da rede hidrográfica.

Ainda em matéria de desenvolvimento sustentável, não será despendendo assinalar os investimentos conduzidos através do Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC), numa perspetiva de futuro.

Aqui destaca-se a implementação de um Marketplace de Economia Circular no setor da construção civil, para valorização dos resíduos produzidos por estas atividades, assegurando, assim, a continuidade do projeto ReBuild17 que foi cofinanciado pelo EEA Grants.

Complementarmente, manter-se-á o desenvolvimento do LREC + Sustentável, um projeto-piloto de gestão integrada de edifícios, envolvendo eficiência energética,



utilização de água e gestão de resíduos, que poderá, a prazo, ser estendido a outros edifícios da administração pública regional.

Por fim, dever-se-á assinalar, também, a política de desenvolvimento sustentável que tem sido promovida através das entidades tuteladas por esta Secretaria Regional, nomeadamente nos requisitos impostos em matéria de obras públicas, bem como em investimentos estruturantes, como o caso dos portos e aeroportos, ou, ainda, nas operações das empresas públicas, como é exemplo o caso recente da utilização, pela primeira vez (25/outubro), do Sustainable Aviation Fuel em aeronaves da Azores Airlines.

Em suma, o Governo dos Açores, através das áreas de competência da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, preconiza em 2023 a materialização factual e transversal de uma política de desenvolvimento sustentável ambiciosa, mas pragmática e realista, que salvaguarda e prepara a Região para os desafios do futuro, sem descurar o devido equilíbrio financeiro, económico, ambiental e social do presente.”

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito o Deputado João Vasco Costa e o Deputado António Lima.

O Deputado João Vasco Costa referiu existir uma diminuição da dotação do ano 2022 relativamente à eficiência energética e energias renováveis, (ponto 9.1) tendo decrescido para 26.514.750 euros, que representa uma diminuição de 13.217.877, ou seja, uma redução de 33,27%, questionando sobre a razão para esta descida.

E relativamente à verba da ação 9.10 – Serviço público de transporte aéreo e marítimo Inter-Ilhas – questionou sobre o decréscimo de 63,98% em relação à dotação de 2022. Em resposta, a Senhora Secretária Regional referiu que a eficiência energética está relacionada com a produção e armazenamento de energia, desenvolvimento de programas digitais e educativos e também com o SOLENERGE.



Referiu que *“com o atraso da própria aprovação do programa de incentivos, obviamente que houve uma clara falta de execução neste programa, o que nos leva, naturalmente, a considerar um valor mais ajustado para o próximo ano, para esta rubrica”*.

Relativamente ao programa 9.10, referiu que redução é referente ao capital da SATA, que é um *one-shot*, ou seja, apenas ocorre num ano, que é o aumento de capital e que em 2023 já não se verifica.

O Deputado António Lima, salientou que, na área da energia existe uma diferença substancial *“para menos”* ao investimento previsto, realçando também preocupação quanto à execução, sendo expectável a não execução do SOLENERGE durante este ano, questionando sobre a desagregação da medida 9.1.2 – Produção e armazenamento de energia limpa – para compreender o que diz respeito ao SOLENERGE e a outros investimentos que estejam previstos.

Realçou ainda que, a regulamentação que o Governo fez ao SOLENERGE, *“traz dificuldades na sua implementação, nomeadamente na interpretação que é feita e nos próprios passos que estão vertidos na regulamentação, porque por aquilo que nos tem sido transmitido, para além da questão dos custos de instalação, há problemas com necessidade de as famílias adiantarem a verba na sua totalidade, que não foi isso que foi aprovado neste Parlamento. Ou seja, isso causa, em primeiro lugar, uma tremenda injustiça, de as pessoas que não têm o dinheiro para adiantar, ficarem arredadas do acesso a esse plano, e por outro lado coloca em causa a própria execução do plano”*, questionando como serão estes problemas tratados no futuro.

Referiu ainda que, relativamente à eficiência energética, tem o programa Eficiência + tendo em conta a intervenção inicial da Senhora Secretária, referiu estar direcionada à divulgação e sensibilização, sendo que nesta área *“a Região precisa de fazer muito mais que isso, é necessário investimento, porque de facto as nossas habitações, os nossos edifícios em geral, têm uma má eficiência energética, e o investimento é muito importante para reduzir o consumo de energia elétrica nas nossas casas”*.



Relativamente à medida “pobreza energética”, referiu ter uma verba *“muito pobre, eu não sei o que se faz com 44 mil euros, a medida tem uma boa intenção, mas não consigo perceber o que se faz nesta área com esta verba”*.

Em resposta, a Senhora Secretária Regional referiu que, relativamente à questão da execução, o senhor Deputado António Lima ao fazer a pergunta já deu a resposta pois na realidade a aprovação da SOLENERGE foi já tardia, estando de momento a receber candidaturas, não havendo condições para estar a aprovar e executar *“à pressa, vamos fazer as coisas com o tempo que a apreciação destes projetos exige, e por isso em 2023 continuaremos essa ação”*.

Relativamente à desagregação do 9.1.2, referiu que o PROENERGIA possui 1 milhão de euros, prestação de serviços de apoio à comunicação e ao PRR, algo que é obrigatório no âmbito da regulamentação comunitária, possui 30 mil euros, e o Plano de Recuperação e Resiliência na componente SOLENERGE possui 25,5 milhões de euros.

Relativamente aos adiantamentos do SOLENERGE, informou que estes estão aprovados no plano, está aprovado no Decreto-Legislativo Regional, está regulamentado, e que o que *“não podemos é obrigar as empresas a aceitar ou a cumprir, porque pode acontecer. As empresas podem de facto adiantar, fornecer e instalar e receberem diretamente do Governo Regional, porque é uma prerrogativa que está no Decreto Legislativo Regional, receber diretamente o pagamento. Se as empresas não o querem a fazer, nós não podemos obrigar. Eu conheço empresas que estão a fazer, conheço empresas que não estão a fazer e que até se queixam das que estão a fazer, mas também não conhecem a lei no seu todo”*.

Relativamente ao Eficiência +, informou que a verba está prevista e é para ações de sensibilização, de formação, de qualificação, no âmbito da eficiência energética para sensibilizar as famílias para a utilização de uma forma mais eficiente, para efetuar melhorias nas suas habitações se tiverem condições para tal.



Relativamente à Pobreza Energética referiu que *“são questões que passam muito pela sensibilização, é uma campanha de combate à pobreza energética, e como o próprio nome diz, são ações de sensibilização, embora haja sempre outros programas e nós temos também uma candidatura ao LIFE com projetos de eficiência energética nas indústrias, no âmbito da pobreza energética”*, realçando que os 44 mil euros são para ações de sensibilização para que as famílias tenham uma postura e comportamento mais eficiente e orienta-las para os sistemas de incentivos que temos à disposição – PRONERGIA e SOLENERGE.

DA AUDIÇÃO DO SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA:

O Senhor Subsecretário Regional da Presidência, iniciou a sua intervenção por referir que das áreas da Presidência do Governo, que são alvo de análise por parte da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, iria debruçar-se sobre três programas, relacionados com os apoios ao media, Jornal Oficial e Coordenação da atividade governativa, sendo que *“o apoio aos media é o mais importante e com mais conteúdo nesta matéria.”*

Referiu que o programa de apoio à comunicação social procura versar nos domínios do desenvolvimento digital, da difusão informativa entre as ilhas e também para fora do arquipélago, da acessibilidade à própria informação por parte dos açorianos e a valorização profissional na comunicação social e apoio especial à produção.

Referiu reportando-se à sua intervenção, no ano anterior, sobre o plano de 2022, ter dado nota da necessidade de evolução na forma de apoiar a comunicação social, em resultado, na altura, das reações dos órgãos de comunicação social quanto aos apoios prestados pelo Governo. Realçou, por isso a valorização dos profissionais da comunicação social, que possui um valor global de 650.000 euros, dotação igual à prevista no ano de 2022.



Ainda no apoio aos órgãos de comunicação social, existe a medida - plataforma eletrónica de comunicação com o Cidadão, que se trata da reformulação do próprio portal do Governo dos Açores, a Plataforma *E-Citizen*, com dotação de 40.000 euros.

Relativamente ainda ao apoio aos órgãos de comunicação social, referiu a medida de financiamento de obrigações específicas do serviço público de notícias e televisão, com uma dotação de 150.000 euros.

Relativamente ao Jornal Oficial e à medida de Acesso a bases de dados jurídicas, referiu que está inscrita uma dotação de 55.000 euros.

Realçou que a definição destes valores decorre das necessidades detetadas pelo Governo, e que a sua evolução está em linha com o que é definido para esta área de atuação governativa, bem como está em linha em relação a percentagens e montantes em comparação com anos anteriores.

De seguida o Presidente da Comissão abriu inscrições para perguntas e esclarecimentos, tendo-se inscrito o Deputado José Contente, Deputado António Lima e Deputado Pedro Pinto.

O Deputado José Contente, referindo-se aos dados que possui, solicitou confirmação por parte do Senhor Subsecretário Regional, para uma diminuição que se verifica no apoio aos media em 2023, questionando qual a razão para esta diminuição.

Em resposta, o Senhor Subsecretário Regional referiu que em 2022, a dotação inicial foi de 650.000 euros, que é a mesma proposta para o ano de 2023, ressalvando que houve uma dotação revista para 850.000 euros, no ano passado, que decorre da execução do programa.

Referiu ainda que *“aquilo que nós temos de 2022 é um limite, embora a dotação revista para 850.000 euros, temos um limite de 680.000 euros, e posso lhe dizer, neste momento*



e face à execução, temos cabimentados 361 mil euros, montante por pagar a aguardar portaria.” Acrescentou ainda que, o que acontece em relação a 2022, é que pelos montantes atribuídos, em função das candidaturas dos órgãos de comunicação social, o que foi entendido é que em 2023, os 650.000 euros serão suficientes para satisfazer as necessidades do programa.

O Deputado António Lima referindo-se ao Promédia, e não só pela descrição da medida no plano, mas também pelas palavras proferidas pelo Senhor Presidente do Governo Regional, numa reunião acerca deste programa, em que afirmou que o Governo poderia condicionar os apoios do Promédia ao cumprimento do acordo coletivo de trabalho dos jornalistas, questionou se o Governo irá apresentar uma proposta de alteração para que essa ideia seja concretizada no Decreto Legislativo Regional que legisla este programa – Promédia.

Em resposta, o Senhor Subsecretário Regional confirmou que o Governo Regional vai apresentar uma proposta de alteração ao Promédia, sendo esta uma intenção antiga, *“ e que vai em linha com o próprio programa do Governo, uma melhoria do programa e que tem precisamente como objetivo melhorar as qualificações e valorizar os profissionais da comunicação social.”*

O Deputado Pedro Pinto referindo-se ao apoio especial à produção, solicitou esclarecimentos sobre este tema, uma vez que considera existir uma carência de produção de conteúdos açorianos, e adiantou que *“em linha com aquilo que também são os compromissos da coligação e deste governo, gostaria que nos explicasse um pouco mais, quais são os objetivos pretendidos com este apoio especial à produção”*.

Relativamente à ação 1.1.3 - Financiamento de obrigações específicas de serviço público de notícias e de televisão, questionou sobre o conteúdo desta ação.

Em resposta, o Senhor Subsecretário Regional e relativamente ao apoio especial à produção, disse que este *“insere-se no capítulo dos 650.000 euros e, portanto, tem por*



objetivo, precisamente, apoiar a iniciativa das entidades que tem por função divulgar a informação através da produção que decorre precisamente dessa função.”. Informou não possuir os elementos do que foi atribuído em 2022, especificamente para essa área, apenas possui os montantes atribuídos a uma serie de entidades, no âmbito deste programa, referiu ter uma lista grande de entidades, referindo que algumas serão no âmbito do apoio especial à produção, não conseguindo, no entanto, de momento, especificar quais.

Relativamente ao financiamento de obrigações específicas de serviço público de notícias e de televisão, referiu ser uma rubrica já antiga, relacionada com o que o Governo Regional considera que é importante para promover a estabilização do serviço público de notícias e televisão na Região, uma função com componente nacional muito importante, que muitas vezes não é devidamente correspondida, procurando sempre o Governo Regional, e dentro das suas disponibilidades financeiras, *“levar a que os órgãos de comunicação social que têm esta função, nomeadamente a Rádio Televisão Portuguesa e a Lusa, recorram a esta disponibilidade, demonstrada pelo Governo Regional, através de apoios financeiros”*, que em 2023 são de 150.000 euros, que são superiores aos apresentados em 2022, promovendo assim o exercício da atividade da RTP e da Lusa nos Açores, como *“elementos essenciais até da própria estabilidade do nosso sistema político, democrático, social, económico, social (...)”*.



SINTESE DA POSIÇÃO DOS PARTIDOS

O Grupo Parlamentar do PS emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PSD emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do BE emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

O Grupo Parlamentar do PPM emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

A Representação Parlamentar do PAN emitiu parecer de abstenção com reserva de posição para plenário, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise

O Grupo Parlamentar do CDS-PP, sem direito a voto, emitiu parecer favorável, quanto às Propostas de Decreto Legislativo em análise.

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, quer na generalidade, quer na especialidade, a Comissão Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável deliberou:

- 1) Com os votos a favor do PSD e PPM, e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, do BE e do PAN, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 45/XII – “Plano Regional Anual para o ano de 2023”**;
- 2) Com os votos a favor do PSD e PPM e com as abstenções com reserva de posição para Plenário do PS, BE e do PAN, emitir por maioria **parecer favorável à Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 46/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2023”**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

O presente Relatório Sectorial será remetido à Comissão de Economia para seguimento da devida tramitação processual, dando assim cumprimento ao despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Vila do Porto, 7 de novembro de 2022

A Relatora,

(Joana Pombo Tavares)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente

(José Gabriel Eduardo)